



UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ - UFC
FACULDADE DE ECONOMIA, ADMINISTRAÇÃO, ATUÁRIA,
CONTABILIDADE E SECRETARIADO EXECUTIVO - FEAAC
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS

ANA CLÁUDIA SILVA SENA

**ADEQUAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS
EMPRESAS DO ISE AOS INDICADORES DO CEBDS**

FORTALEZA-CEARÁ

2013

ANA CLÁUDIA SILVA SENA

**ADEQUAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS
EMPRESAS DO ISE AOS INDICADORES DO CEBDS**

Trabalho de Conclusão de Curso submetido à coordenação do Curso de Ciências Contábeis, como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Bacharel em Ciências Contábeis, outorgado pela Universidade Federal do Ceará – UFC.

Orientadora: Profa. Dra. Márcia Martins
Mendes De Luca

FORTALEZA-CE
2013

ADEQUAÇÃO DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS DO ISE AOS INDICADORES DO CEBDS

RESUMO

A sustentabilidade empresarial diz respeito ao equilíbrio entre as dimensões econômica, ambiental e social, que envolve as operações das organizações. Sob a ótica da sustentabilidade, o presente estudo aborda aspectos inerentes à evidenciação da sustentabilidade empresarial com o objetivo de analisar a adequação dos relatórios de sustentabilidade das empresas participantes do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), da BM&FBovespa, aos indicadores do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). A pesquisa descritiva adota o procedimento documental e aborda qualitativamente os dados utilizando-se a análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das empresas do exercício de 2012. A amostra reúne 34 empresas das 38 empresas participantes do ISE em 2012, pois os relatórios de sustentabilidade de quatro empresas não foram encontrados. Os resultados da pesquisa mostraram que os sete indicadores do CEBDS analisados são evidenciados pelas empresas participantes do ISE. Os itens mais evidenciados foram a “Satisfação do Cliente”, que faz parte do indicador Comunicação e Educação, encontrado em 32 dos 34 relatórios analisados, e os itens “Diversidade do público interno e dos conselheiros” e “Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços”, do indicador Gestão Sustentável, revelado por 31 empresas. O tipo de informação mais evidenciada pelas empresas da amostra é o tipo 1, ou seja, informação declarativa, seguida pela informação do tipo 2 (quantitativa não-monetária). A informação do tipo 3 (quantitativa monetária) aparece de forma incipiente nos relatórios analisados.

Palavras-chave: Sustentabilidade Empresarial. CEBDS. ISE. Evidenciação. Relatório de Sustentabilidade

1. INTRODUÇÃO

A sustentabilidade empresarial diz respeito ao equilíbrio que deve existir entre o meio ambiente e os interesses econômicos das empresas, levando em conta a responsabilidade social. A busca desse equilíbrio se dá, em parte, à necessidade de se prestar contas com a sociedade que cobra, cada vez mais, atitudes consideradas socialmente corretas por parte dos agentes econômicos. Seguindo esse mesmo raciocínio, Paiva (2003, p. 47) diz que “o caráter global de grande parte das empresas sugere que elas devam apresentar um nível de preocupação e de amadurecimento elevados, demonstrando a existência de uma consciência ambiental”.

Segundo Azevedo (2006), cada vez mais as empresas estão deixando de lado a preocupação centrada no lucro da entidade e estão passando a adotar atitudes que visam à sustentabilidade empresarial, que contempla, além da dimensão econômica, as dimensões social e ambiental. As empresas comprometidas com a sustentabilidade levam em consideração o equilíbrio ambiental, a ética e a responsabilidade social, além da eficiência econômica.

Com a missão de contribuir com a construção de soluções empresariais que avanquem, com escala e velocidade, os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável, foi fundada em 1997, uma associação que lidera os esforços do setor empresarial para a implementação do desenvolvimento sustentável no Brasil, o

Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). O Conselho tem como objetivo comunicar a disseminação de boas práticas, ao demonstrar a contribuição de suas empresas associadas para o desenvolvimento sustentável e para a sociedade, de forma simples e compreensível (CEBDS, 2013).

Com base no exposto, o presente estudo busca responder a seguinte pergunta: Qual o nível de adequação dos relatórios de sustentabilidade das empresas participantes do ISE em relação aos indicadores do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS)? Assim, o objetivo geral da pesquisa consiste em analisar o nível de adequação dos relatórios de sustentabilidade das empresas do ISE aos indicadores de sustentabilidade do CEBDS. O presente estudo também tem como objetivos específicos caracterizar as empresas da amostra quanto ao segmento de listagem e setor de atuação e investigar os tipos de informações evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade.

O estudo justifica-se pelo interesse crescente que os gestores, acionistas, funcionários das empresas, fornecedores, consumidores e a comunidade em geral (stakeholders) estão mostrando na direção da sustentabilidade empresarial, já que esse tema está relacionado com uma sociedade mais justa e um meio ambiente mais equilibrado, sem, contudo, as empresas deixarem de obter lucro.

Trata-se de uma pesquisa descritiva, de natureza qualitativa e quanto aos procedimentos se caracteriza como bibliográfica e documental. Foram analisados os relatórios de sustentabilidade do exercício social de 2012 de uma amostra que reúne 34 empresas participantes do ISE.

Este artigo está estruturado em cinco seções, incluindo a introdução. A seguir, apresenta-se o referencial teórico, o qual contempla considerações sobre o desenvolvimento sustentável e a sustentabilidade empresarial. Logo em seguida, na terceira seção, define-se o proceder metodológico, que contempla a tipologia e a técnica de pesquisa utilizada. Na quarta seção, apresenta-se os resultados da pesquisa e na quinta, as considerações finais do estudo, seguida das referências.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Desenvolvimento Sustentável

Segundo Byrch et al. (2007), a definição mais utilizada para desenvolvimento sustentável vem do documento conhecido por Relatório Brundtland, publicado pela Comissão Mundial de Meio Ambiente e Desenvolvimento, em 1987, que conceitua desenvolvimento sustentável como o desenvolvimento que satisfaz às necessidades da geração presente sem comprometer a capacidade de gerações futuras em satisfazer suas próprias necessidades.

Vellani e Ribeiro (2009, p. 194) sugerem que desenvolver sustentavelmente

significa promover o desenvolvimento econômico concomitantemente à preservação do meio ambiente, ou melhor, satisfazer as necessidades das sociedades presentes sem comprometer a capacidade das sociedades futuras em satisfazer suas próprias necessidades.

Seguindo o mesmo raciocínio, Rodrigues e Duarte (2011) concluem que não se pode prever quais serão as necessidades das gerações futuras, mas espera-se que elas tenham pelo menos o mesmo padrão de vida da geração atual, nunca inferior. Rodrigues e Duarte (2011) afirmam ainda que não se faz necessário que a geração atual passe toda

a quantidade e qualidade de recursos naturais e físicos disponíveis atualmente para as futuras gerações. Antes, é preciso que todos os recursos deixados para as gerações vindouras se agreguem com os próprios recursos das mesmas, para assim satisfazerem suas necessidades.

Uma sociedade é sustentável, “ao atender, simultaneamente, aos critérios de relevância social, prudência ecológica e viabilidade econômica, os três pilares do desenvolvimento sustentável” (SACHS, 2002, p.35). Uma sociedade sustentável diz respeito ao equilíbrio que necessariamente deve existir entre a trilogia – atividade humana (social), desenvolvimento (econômica) e proteção ao ambiente (ambiental).

Segundo Rodrigues, Machado e Cruz (2011, p. 64), “a utilização dos recursos disponíveis de modo a não comprometer sua disponibilidade futura, manifesta-se como uma das formas de atender às exigências da sociedade e do Governo quanto à preservação do meio ambiente e ao desenvolvimento sustentável”.

2.2 Sustentabilidade Empresarial

Cada vez mais os gestores das empresas estão tomando consciência de que não devem se preocupar somente com o lucro. Segundo Paiva (2003), os consumidores são responsáveis por parte dessa conscientização, pois passaram a exigir produtos com características específicas, exigindo cada vez mais que os gestores usem uma produção “limpa” do ponto de vista ambiental. Conforme Rodrigues, Machado e Cruz (2011), os produtos que começaram a ganhar força no mercado são exatamente aqueles em que há uma menção de toda uma preocupação ambiental em torno de seu processo produtivo. Por essa razão, o empresariado passou a ter uma maior preocupação com o controle ambiental, especialmente quanto à emissão de resíduos.

Almeida (2002) coloca que é responsabilidade das empresas descobrir e criar novas formas de produção de bens e serviços que melhorem a qualidade de vida das pessoas, comprometendo cada vez menos recursos naturais. Azevedo (2006, p. 76) diz que “as atividades de produção industriais, quando feitas sem preocupação ambiental, podem contribuir para aumentar a poluição do ar, das águas e do solo, ocasionar mudanças climáticas, gerar lixo tóxico, dentre outros impactos ambientais”.

Da mesma forma que as atividades empresariais podem afetar o meio ambiente, Azevedo (2006, p. 76) também coloca que “a atuação de uma empresa afeta seus acionistas, funcionários, fornecedores, consumidores e também a comunidade da região em que se localiza”. Por essa razão, existem empresas que se preocupam em colocar em suas diretrizes premissas que tratam do desenvolvimento sustentável, considerando também as dimensões econômica e social.

As empresas comprometidas com a sustentabilidade levam em consideração o equilíbrio ambiental, a ética e a responsabilidade social e também a eficiência econômica. Segundo Machado, Machado e Corrar (2009, p. 25), “a responsabilidade social envolve uma gestão empresarial, que diz respeito à maneira como as empresas agem, sua postura ética e preocupação social e ambiental”.

No que se refere à ética e à responsabilidade social, Drucker (2003) diz que os gestores devem gerir os impactos da responsabilidade social das empresas. Para exercer suas atividades, as empresas têm de ter influência e uma boa imagem juntos aos consumidores, aos funcionários e a comunidade em geral. Deste modo, Rodrigues e Duarte (2011) sugerem que a responsabilidade social das empresas pode ser entendida como um conceito segundo o qual as empresas decidem, além de crescer

economicamente, contribuir para uma sociedade mais justa e para uma melhor qualidade de vida da população.

Diante do exposto, um conceito importante para o tema sustentabilidade diz respeito ao *Triple Bottom Line*. Segundo Vellani e Ribeiro (2009), no contexto empresarial, a sustentabilidade possui três dimensões: a econômica, a social e a ambiental. Essas dimensões são conhecidas internacionalmente como *Triple Bottom Line* (TBL), ou seja, o tripé da sustentabilidade de um negócio.

Vellani e Ribeiro (2009, p. 189) complementam que:

O Conceito TBL reflete sobre a necessidade de as empresas ponderarem em suas decisões estratégicas o bottom line econômico, o bottom line social e o bottom line ambiental, mantendo: a sustentabilidade econômica ao gerenciar empresas lucrativas e geradoras de valor; a sustentabilidade social ao estimular a educação, cultura, lazer e justiça social à comunidade; e a sustentabilidade ecológica ao manter ecossistemas vivos, com diversidade.

Azevedo (2006, p. 78) ressalta que a incorporação da sustentabilidade no mundo dos negócios está condicionada a aspectos como “as crenças do próprio dirigente da empresa, a mobilização da sociedade, a influência do mercado nacional e internacional, a atuação do setor público, a pressão de organismos internacionais, entre inúmeros outros fatores de ordem conjuntural”.

Dessa forma, considerando as dimensões da sustentabilidade, na opinião de Ribeiro (1993, p. 79), “as empresas necessitam empenhar-se na consecução de alguns fatores para proporcionar o bem-estar da população”. O autor relaciona os seguintes fatores (RIBEIRO, 1993):

- Manutenção de boas condições de trabalho, segurança, treinamento e lazer para funcionários e familiares;
- Contenção e/ou eliminação de resíduos tóxicos decorrentes do processo produtivo e do uso ou consumo de produtos de forma a não agredir o meio ambiente de forma geral;
- Elaboração e entrega de produtos ou serviços, de acordo com as condições de qualidade e segurança desejadas pelos consumidores.

Segundo Almeida (2002), a empresa que se preocupa com padrões de sustentabilidade deve buscar em todas as suas ações e decisões a ecoeficiência, buscando produzir mais e com melhor qualidade, produzindo menos poluição possível e utilizando menos recursos disponíveis na natureza.

2.3 Relatórios de Sustentabilidade Empresarial

As empresas estão, crescentemente, disponibilizando para suas partes interessadas, frequentemente designadas por *stakeholders*, informações que se relacionam com as dimensões que caracterizam a sustentabilidade – econômica, social e ambiental. Os *stakeholders* (partes interessadas) são formados pelos colaboradores, funcionários, clientes, consumidores, planejadores, acionistas, fornecedores, governo e demais instituições que direta ou indiretamente se relacionam com as atividades e resultados de uma organização (CARREIRA; PALMA, 2012),

Ribeiro (2005, p. 108) destaca que a evidenciação ambiental visa responder a algumas perguntas: o quê: eventos e transações envolvidos com a questão ambiental; como: grau de detalhamento e natureza dos gastos; quando: registro contábil no

momento em que o fato gerador ocorrer, ou no momento em que houver informações adicionais e complementares; onde: nas demonstrações contábeis e nas notas explicativas, dependendo da extensão e da natureza das informações a serem prestadas. Michelin (2007) destaca que o relatório de sustentabilidade pode ser comparado a um condutor de reputação, no sentido de que informa aos *stakeholders* o desempenho econômico, social e ambiental da empresa ao longo do tempo. Especificamente sobre o aspecto ambiental nos relatórios de sustentabilidade.

Em trabalho anterior, Nossa (2002), ao investigar o conteúdo dos relatórios ambientais das empresas do setor de papel e celulose, considera quatro tipos de evidenciação ambiental: Tipo 1 quando a informação é declarativa, tipo 2 quando a informação é apresentada de maneira quantitativa não-monetária, tipo 3 quando se tem informações de natureza quantitativa monetária e tipo 4 que são informações expressas de maneira quantitativa monetária e não monetária. Nossa (2002) observou que a maioria das informações ambientais das empresas desse setor é evidenciada em relatórios ambientais específicos, sendo essas informações praticamente do tipo declarativa. Concluiu também que os relatórios ambientais específicos apresentaram apenas 32% das informações do tipo 3 e 4, enquanto que os relatórios da administração e as notas explicativas apresentaram 68% das informações ambientais em termos monetários. Embora os relatórios anuais tenham apresentado informações de natureza financeira, quando considerado o total de informações ambientais em todos os relatórios, as informações de caráter monetário representam apenas 4% desse total. O autor complementa ainda que a maioria das informações ambientais das empresas do setor de papel e celulose é do tipo declarativa, qualitativa, e está evidenciada fora dos relatórios anuais, ou seja, em relatórios ambientais e/ou sociais específicos, sendo as informações de caráter financeiro (monetário) apresentadas nos relatórios anuais.

Para Rover, Murcia e Borba (2008), a divulgação de informações voluntárias pelas empresas podem trazer benefícios para as mesmas, no sentido de que se cria uma imagem ambientalmente correta. Tinoco e Kraemer (2004, p. 256) salientam que evidenciar é “divulgar informações do desempenho econômico, financeiro, social e ambiental das entidades aos parceiros sociais, os *stakeholders*, considerando que os demonstrativos financeiros e outras informações de evidenciação não devem ser enganosos”.

Em trabalho anterior, Rover, Borba e Borgert (2008), analisando como as empresas do ISE (carteira 2006/2007) evidenciam os custos e investimentos ambientais, consideram, de acordo com Nossa (2002), no que tange aos tipos de evidenciação, quatro formas de evidenciar: declarativa, quantitativa não-monetária, quantitativa monetária e quantitativa monetária e não monetária. Os resultados da evidenciação de custos e investimentos ambientais revelaram que o tipo de evidenciação quantitativa monetária foi o mais utilizado, tanto nos custos como nos investimentos, com respectivamente, 20 e 100 sentenças. Na sequência, constatou-se que 9 e 55 sentenças de custos e investimentos são do tipo declarativa. Acrescenta-se que na evidenciação dos custos ambientais não foi verificada informações do tipo quantitativa não-monetária e quantitativa monetária e não-monetária. Já nos investimentos ambientais a evidenciação do tipo quantitativa não-monetária apareceu em 22 sentenças e, na sequência, a do tipo quantitativa monetária e não-monetária em 16 sentenças.

A forma mais comum de relatar a informação relacionada com a sustentabilidade é, portanto, por meio de relatórios de sustentabilidade, que, embora possam assumir diferentes títulos, relacionam-se com a mesma temática e tendem a abranger conteúdos idênticos. Segundo Carreira e Palma (2012), o principal objetivo da elaboração do

relatório de sustentabilidade pelas organizações é o de dar conhecimento às suas partes interessadas das ações e desempenho que têm conseguido concretizar nos níveis econômico, ambiental e social.

Existem diversos modelos de relatórios para orientar as empresas na elaboração desse tipo de documento com informações econômicas, sociais e ambientais. Internacionalmente, ressalta-se a iniciativa de normalização, de definições, formatos e indicadores de desempenho apresentadas nas Diretrizes para Elaboração de Relatórios de Sustentabilidade da GRI (*Global Reporting Initiative*). No cenário nacional, destacam-se duas organizações responsáveis por estimular a divulgação de relatórios de sustentabilidade (ou relatório social): o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) e o Instituto Ethos (REIS; MEDEIROS, 2007).

Além desses órgãos, o Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS), organização fundada em 1997, é uma associação que lidera os esforços do setor empresarial para a implementação do desenvolvimento sustentável no Brasil, com efetiva articulação junto ao governo, empresas e sociedade civil.

2.4 Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável

O Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS) tem a missão de contribuir com a construção de soluções empresariais que alavanquem, com escala e velocidade, os princípios e práticas do desenvolvimento sustentável. O relatório de sustentabilidade do CEBDS é uma ferramenta usada por várias empresas, não só para descrever suas atividades, mas, também, para conhecer melhor os procedimentos em relação aos aspectos econômicos, sociais e ambientais do seu processo produtivo (CEBDS, 2013).

O CEBDS, para avaliar o grau de comprometimento das empresas associadas com o desenvolvimento sustentável, usa indicadores de sustentabilidade. Segundo Pinto (2002), no futuro, é provável que as empresas se vejam obrigadas a apresentar bons indicadores de sustentabilidade, gerando uma maior rentabilidade junto aos seus parceiros econômicos. De acordo com Azevedo (2006), os indicadores de sustentabilidade devem ser apropriados para assim avaliar da melhor forma possível as práticas da empresa em relação ao desenvolvimento sustentável.

Nesse sentido, o CEBDS, por meio do seu relatório, que tem o objetivo de reunir as informações em um único documento, no qual as empresas associadas expõem suas ações nas áreas de ecoeficiência e responsabilidade social e, sobretudo, demonstram a visão estratégica de conduzir seus negócios no rumo do desenvolvimento sustentável (CEBDS, 2013), apresenta em seu relatório de 2008-2010 os seguintes indicadores de sustentabilidade: Água; Biodiversidade; Comunicação e Educação; Construção Sustentável; Energia e Mudança do Clima; Finanças Sustentáveis; e Gestão Sustentável.

Segundo o CEBDS (2013), cada um desses indicadores representa um aspecto que é importante para a sustentabilidade da organização, sendo entendidos da seguinte forma (CEBDS, 2013):

Segundo o CEBDS (2013), a água é essencial à vida. Alimentação, energia, transportes, natureza, lazer, cultura e praticamente todos os produtos usados em uma base diária dependem da água. Com o crescimento da população e o desenvolvimento econômico, a água doce é cada vez mais escassa, e, portanto, cada vez mais evidente o seu valor. Dessa forma, as empresas devem não apenas refletir sobre a quantidade de água que estão utilizando, mas também como está a situação dos locais de água doce em torno de suas instalações.

O Brasil tem 1/5 da biodiversidade mundial, com 50 mil espécies de plantas, 5 mil de vertebrados e entre 10 a 15 milhões de insetos. A garantia do equilíbrio da vida no planeta depende da preservação desses ecossistemas, incluindo a existência do ser humano (CEBDS, 2013).

Quanto à comunicação e educação, na busca pelo desenvolvimento sustentável, a conscientização é uma aliada fundamental. E, nesse processo, as ferramentas de comunicação colocadas em prol da educação ambiental ajudam a disseminar práticas e ações que visem ao equilíbrio das dimensões social, econômica e ambiental.

A construção sustentável é uma parte fundamental do processo de qualquer empresa, desde a dinâmica de contato com fornecedores até o escoamento final dos produtos. Uma malha multimodal com grande alcance, de boa qualidade e de livre circulação é fator fundamental para o bom funcionamento da logística. As questões da sustentabilidade devem ser observadas para essa dinâmica, contemplando, dentre outros aspectos, no caso brasileiro, rodovias longe de um estado razoável de conservação e as dimensões continentais do país, que implicam em uma rede saturada, ineficiente e de grandes emissões de gases de efeito estufa (CEBDS, 2013).

Quanto à energia e mudança do clima: muitas empresas, no Brasil e no mundo, já começam a gerenciar o impacto de suas atividades sobre o clima: conhecendo, comunicando ou estabelecendo metas de redução de emissões de gases do efeito estufa ou explorando estratégias orientadas para o mercado.

Para o CEBDS (2013), finanças sustentáveis são as iniciativas vinculadas à atividade-fim das instituições que compõem o mercado financeiro e que visam à atuação dessas instituições de forma a integrar os aspectos econômicos, sociais e ambientais.

Incorporar a temática da sustentabilidade na gestão empresarial é a principal forma de garantir mudanças efetivas nos métodos produtivos do setor privado. Trata-se da gestão sustentável, a ideia é gerar valor em sintonia com a promoção do bem-estar social e da conservação ambiental trazendo benefícios para a sociedade e para o planeta.

3. METODOLOGIA

Quanto aos objetivos, a presente pesquisa se caracteriza como descritiva. Na concepção de Gil (1999, p. 44), a pesquisa descritiva “tem como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre as variáveis.” Neste sentido, a pesquisa é descritiva, pois tem o objetivo de analisar o nível de adequação dos relatórios de sustentabilidade das empresas participantes do ISE aos indicadores de sustentabilidade apresentados pelo CEBDS, buscando-se, assim, aprofundar os conhecimentos a respeito do assunto, bem como descrever o comportamento dos dados analisados.

A pesquisa tem característica de natureza qualitativa, levando e conta que se dedica à compreensão dos significados dos eventos, sem a necessidade de apoiar-se em informações estatísticas. Para Richardson (1989, p. 38), “a abordagem qualitativa difere, em princípio, da quantitativa à medida que não emprega um instrumental estatístico como base do processo de análise”.

Quanto aos procedimentos, este estudo se classifica como bibliográfico, pois compreende a consulta a livros e artigos de revistas especializadas sobre o tema para construção do seu referencial teórico. Ainda quanto aos procedimentos, também se classifica como documental, pois compreende a consulta aos relatórios de

sustentabilidade das empresas participantes do ISE e coleta dos dados representativos dos indicadores de sustentabilidade, conforme o CEBDS.

A população da pesquisa constitui-se das 38 empresas que fazem parte do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da BM&FBovespa, no ano 2012. A amostra compreendeu 34 empresas, pois os relatórios de 4 das 38 empresas não estavam disponíveis para consulta. Iniciado em 2005, o ISE é uma ferramenta para análise comparativa da performance das empresas listadas na BM&FBovespa sob o aspecto da sustentabilidade corporativa, baseada em eficiência econômica, equilíbrio ambiental, justiça social e governança corporativa. Também amplia o entendimento sobre empresas e grupos comprometidos com a sustentabilidade, diferenciando-os em termos de qualidade, nível de compromisso com o desenvolvimento sustentável, equidade, transparência e prestação de contas, natureza do produto, além do desempenho empresarial nas dimensões econômico-financeira, social, ambiental e de mudanças climáticas (BM&FBovespa, 2013).

O critério de seleção para a empresa fazer parte do ISE é realizado por meio de questionário enviado para as 200 empresas com ações mais líquidas na bolsa de valores brasileira. As respostas dos questionários, segundo a BM&FBovespa (2013), são analisadas por uma ferramenta estatística chamada “Análise de Cluster” que identifica grupos de empresas com desempenhos similares e aponta o grupo com o melhor desempenho geral para compor a carteira final do ISE, anualmente, que é composta por empresas com reconhecido comprometimento com a responsabilidade social e a sustentabilidade empresarial (BM&FBovespa, 2013). A carteira do ISE 2012 é composta por 38 empresas.

O Quadro 1 apresenta os indicadores de sustentabilidade constantes do Relatório de Sustentabilidade 2008/2010 do CEBDS, e foi utilizado como *checklist* para verificar a presença de cada item nos relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra, referentes ao exercício social 2012.

Quadro 1 – Indicadores de Sustentabilidade do CEBDS

INDICADORES	ITENS
Água	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de água; • Água reciclada.
Biodiversidade	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos significativos na biodiversidade; • Gestão de impactos na biodiversidade.
Comunicação e Educação	<ul style="list-style-type: none"> • Satisfação do cliente; • Casos de não conformidade em relação ao marketing.
Construção Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de materiais; • Consumo de materiais reciclados; • Produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável; • Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos.
Energia e Mudança do Clima	<ul style="list-style-type: none"> • Consumo de energia direta; • Energia economizada; • Emissões de gases de efeito estufa; • Iniciativas para reduzir emissões de gases de efeito estufa.
Finanças Sustentáveis	<ul style="list-style-type: none"> • Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas;

	<ul style="list-style-type: none"> • Impactos indiretos.
Gestão Sustentável	<ul style="list-style-type: none"> • Contratação local; • Diversidade do público interno e dos conselheiros; • Treinamento; • Risco de trabalho infantil; • Risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo; • Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços.

Fonte: CEBDS (2013).

A técnica utilizada para análise e interpretação dos dados é a análise de conteúdo. Chizzotti (2006, p. 98) afirma que “o objetivo da análise de conteúdo é compreender criticamente o sentido das comunicações, seu conteúdo manifesto ou latente, as significações explícitas ou ocultas”. A análise de conteúdo aplicada se inicia por meio da leitura dos relatórios e prossegue com a quantificação (contagem da frequência) de cada item de evidenciação. A análise de conteúdo empregou como regra de enumeração a presença ou ausência, conforme Bardin (2004), dos itens de divulgação, conforme demonstrado no Quadro 1.

Além da quantificação dos itens evidenciados, procedeu-se à codificação dos itens evidenciados, obedecendo a proposta de tipos de evidenciação de Nossa (2002): evidenciação declarativa, quando a informação é expressa em termos exclusivamente descritivos (tipo 1); evidenciação quantitativa não-monetária, quando a informação quantitativa é apresentada em números de natureza não financeira (tipo 2); e evidenciação quantitativa monetária, quando a informação quantitativa é expressa em números de natureza financeira / monetária (tipo 3).

Os resultados da análise de conteúdo dos relatórios de sustentabilidade das empresas da amostra são apresentados em forma de tabelas na seção a seguir.

4. RESULTADOS DA PESQUISA

Inicialmente, em atendimento ao primeiro objetivo específico, o Quadro 2 apresenta as 34 empresas participantes do ISE que fizeram parte da amostra da pesquisa, listadas por segmento de listagem e setor de atuação, conforme a BM&FBovespa:

Quadro 2 - Empresas da amostra, por segmento de listagem e setor de atuação

Empresas	Seg. de Listagem	Setor de Atuação
AES Tietê	-	Utilidade pública
Ananguera	Novo Mercado	Ensino
Bicbanco	Nível 1	Financeiro e Outros
Bradesco	Nível 1	Financeiro e Outros
Banco do Brasil	Novo Mercado	Financeiro e Outros
Braskem	Nível 1	Materiais básicos
BRF Brasil Foods	Novo mercado	Consumo não cíclico
CCR	Novo mercado	Construção e transporte
Cemig	Nível 1	Utilidade pública
Cesp	Nível 1	Utilidade pública

Copasa	Novo Mercado	Utilidade pública
Copel	Nível 1	Utilidade pública
CPFL Energia	Novo Mercado	Utilidade pública
Duralex	Novo Mercado	Materiais básicos
Ecorodovias	Novo Mercado	Construção e Transporte
Eletróbás	Nível 1	Utilidade pública
Eletropaulo	Nível 2	Utilidade pública
Embraer	Novo Mercado	Bens Industriais
Energias do Brasil	Novo Mercado	Utilidade pública
Even	Novo Mercado	Construção e Transporte
Fibra	Novo Mercado	Materiais básicos
Gerdau	Nível 1	Materiais básicos
Itaú Unibanco	Nível 1	Financeiro e Outros
Light S/A	Novo Mercado	Utilidade pública
Natura	Novo Mercado	Consumo não cíclico
Sabesp	Novo Mercado	Utilidade pública
Santander	Nível 2	Financeiro e Outros
Sulamérica	Nível 2	Financeiro e Outros
Suzano Papel	Nível 1	Materiais básicos
Telemar	-	Telecomunicações
Tim Part S/A	Novo Mercado	Telecomunicações
Tractebel	Novo Mercado	Utilidade pública
Ultrapar	Novo Mercado	Financeiro e Outros
Vale	Nível 1	Materiais básicos

Fonte: BM&FBOVESPA (2013)

Observa-se no Quadro 2 que 18 empresas fazem parte do Novo Mercado, que é um segmento especial considerado como aquele de maior nível de exigência de boas práticas de governança pela BM&FBovespa, o que implica na adoção de um conjunto de regras que ampliam os direitos dos acionistas, além da adoção de uma política de divulgação de informações mais transparentes e abrangentes, atendendo aos princípios da governança corporativa. Onze empresas fazem parte do segmento de listagem Nível 1 de governança corporativa. As companhias listadas no Nível 1 devem adotar práticas que favorecem a transparência e o acesso às informações pelos investidores, divulgando informações adicionais às exigidas em lei. Apenas três empresas se enquadram no Nível 2 de governança corporativa. As empresas listadas neste nível têm o direito de manter ações preferenciais (BM&FBOVESPA 2013).

No que se refere ao setor de atuação, nota-se que 12 empresas da amostra pertencem ao setor de utilidade pública, sendo o setor mais representativo da amostra. Seis empresas fazem parte do setor de materiais básicos, sete do setor financeiro, duas do setor de telecomunicações, três do setor de construção e transporte, duas de consumo não cíclico, uma de bens industriais e uma do setor de ensino.

Após caracterizar as empresas, apresenta-se a evidenciação dos indicadores, conforme CEBDS, nos relatórios de sustentabilidade do exercício social de 2012 das empresas da amostra assim como os tipos de evidenciação desses indicadores de acordo com a proposta de Nossa (2002). Vale salientar que as empresas podem apresentar em

seus relatórios de sustentabilidade mais de um tipo de evidênciação dos indicadores analisados na pesquisa.

Nas tabelas a seguir são apresentados os tipos de evidênciação dos 22 itens, que compõem os sete indicadores do CEBDS, conforme Quadro 1, apresentados nos relatórios de sustentabilidade das 34 empresas pesquisadas.

A Tabela 1 mostra o número de empresas que demonstraram em seus relatórios os itens de evidênciação referentes ao indicador “Água”, de acordo com os tipos de evidênciação proposta por Nossa (2002). No que se refere a esse indicador, foram analisados dois itens de evidênciação: “consumo de água” e “água reciclada”.

Tabela 1: Evidênciação do Indicador Água e respectivos itens, por tipo de evidênciação

Indicador	Itens de Evidênciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Água	Consumo de água	24	28	0
	Água reciclada	14	13	0

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se na Tabela 2 que nenhuma empresa da amostra evidenciou em seus relatórios de sustentabilidade o tipo 3 de evidênciação (quantitativa monetária). Pela análise dos relatórios, nota-se, de maneira geral, que os itens consumo de água e água reciclada foram divulgados com informações meramente declarativas (tipo 1), expondo-se como ocorre o monitoramento e a administração desses itens. Sobre o tipo 2 de evidênciação (quantitativa não-monetária), as empresas, em geral, apresentam os m³ de água consumida e reciclada. Destaca-se que a informação quantitativa não-monetária referente ao item “Consumo de água” apareceu em 28 relatórios pesquisados, sendo o item mais evidenciado em relação ao indicador Água.

Na Tabela 2 encontram-se os resultados dos itens de evidênciação “Impactos significativos na biodiversidade” e “Gestão de impactos na biodiversidade” relacionados ao indicador “Biodiversidade”.

Tabela 2: Evidênciação do Indicador Biodiversidade e respectivos itens, por tipo de evidênciação

Indicador	Itens de Evidênciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Biodiversidade	Impactos significativos na biodiversidade	23	15	1
	Gestão de impactos na biodiversidade	21	13	2

Fonte: Dados da pesquisa

Diferente do indicador Água, para a Biodiversidade, verifica-se na Tabela 2 a presença do tipo 3 de evidênciação, ou seja, evidênciação quantitativa monetária, ainda que de forma incipiente; em apenas 3 empresas da amostra. A Tim Part S/A, além de apresentar informações declarativas (tipo 1) e quantitativas não-monetárias (tipo 2), apresentou também informações quantitativas monetárias (tipo 3) em relação ao item “Impactos significativos na biodiversidade”. Já as empresas Braskem e Cesp apresentaram informações do tipo 3 relacionadas ao item “Gestão de impactos na biodiversidade”, detalhando o custo de projetos ligados a esses impactos.

A maioria das empresas da amostra evidenciou o tipo 1 e 2 de evidênciação, revelando o tamanho das áreas impactadas pelas atividades das empresas, além dos

nomes e quantidade de projetos relacionados a gestão desses impactos. A evidenciação do tipo 1 apareceu em 23 relatórios de empresas em relação ao item “Impactos significativos na biodiversidade”, sendo portanto, o item de informação mais divulgado em relação ao indicador Biodiversidade.

Outro indicador analisado “Comunicação e Educação” e seus respectivos itens de evidenciação, “Satisfação do cliente” e “Casos de não conformidade em relação ao marketing”, estão expressos na Tabela 3.

Tabela 3: Evidenciação do Indicador Comunicação e Educação e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Comunicação e Educação	Satisfação do cliente	32	24	1
	Casos de não conformidade em relação ao marketing	22	3	0

Fonte: Dados da pesquisa

Observa-se que apenas uma empresa evidenciou em seu relatório de sustentabilidade informações de natureza quantitativa monetária (tipo 3) relacionadas ao item “Satisfação dos clientes” (Tabela 3). A Eletropaulo, além de evidenciar informações do tipo 1 e 2, demonstrou também o valor de investimentos realizados para aumentar o índice de satisfação dos clientes. As demais empresas demonstraram informações do tipo 1 e 2. O item mais evidenciado do indicador Comunicação e Educação, com evidenciação do tipo 1, foi “Satisfação dos clientes”, apresentado por 32 empresas.

A Tabela 4 mostra o indicador “Construção Sustentável” e os seus itens de evidenciação “Consumo de materiais”, “Consumo de materiais reciclados”, “Produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável” e “Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos”.

Tabela 4: Evidenciação do Indicador Construção Sustentável e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Construção Sustentável	Consumo de materiais	17	19	0
	Consumo de materiais reciclados	18	17	1
	Produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável	15	14	7
	Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos	19	29	0

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se, ao analisar a Tabela 4, que 7 empresas da amostra evidenciaram informações do tipo 3 (quantitativa monetária) em relação ao item de evidenciação “Produtos e serviços com baixo consumo energético ou com energia renovável”. O item “Consumo de materiais reciclados” foi apresentado de forma quantitativa monetária (tipo 1) pela empresa Cemig que, além de evidenciar informações do tipo 1 e 2 nesse

item de evidenciação, evidenciou também o valor da receita gerada por esses materiais reciclados. A evidenciação do tipo 2 apareceu em 29 relatórios em relação ao item “Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos”, sendo o tipo e o item mais evidenciado em relação a esse indicador.

Na Tabela 5 estão presentes o indicador “Energia e Mudança do Clima” e os seus itens de evidenciação “Consumo de energia”, “Energia economizada”, “Emissões de GEE” e “Iniciativas para reduzir emissões de GEE”.

Tabela 5: Evidenciação do Indicador Energia e Mudança do Clima e seus respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Energia e Mudança do Clima	Consumo de energia direta	23	28	1
	Energia economizada	19	18	4
	Emissões de GEE	28	29	0
	Iniciativas para reduzir emissões de GEE	28	21	2

Fonte: Dados da pesquisa

O tipo 3 de evidenciação, quantitativo monetário, foi apresentado no relatório da empresa Vale no item “Consumo de energia direta”. A Vale apresentou informações sobre o valor da energia consumida. Quatro empresas evidenciaram informações do tipo 3 no item de evidenciação “Energia economizada”, demonstrando o valor que obtiveram de energia economizada. Duas empresas da amostra evidenciaram informações do tipo 3 relacionadas com o item de evidenciação “Iniciativas para reduzir emissões do GEE”, demonstrando valores de projetos ligados a essas iniciativas. A evidenciação do tipo 2, quantitativa não-monetária, apareceu em 29 relatórios em relação ao item “Emissões de GEE”, sendo o item e o tipo mais evidenciado em relação a esse indicador.

Na Tabela 6 encontra-se os resultados da evidenciação do indicador “Finanças Sustentáveis” e seus itens de evidenciação “Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas” e “Impactos indiretos” pelas empresas pesquisadas.

Tabela 6: Evidenciação do Indicador Finanças Sustentáveis e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Finanças Sustentáveis	Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas	30	7	5
	Impactos indiretos	28	20	11

Fonte: Dados da pesquisa

Nota-se um número maior de empresas que evidenciaram informações do tipo 3 em relação a esse indicador em comparação aos outros indicadores até aqui analisados. Cinco empresas demonstraram informações do tipo 3 relacionadas com os riscos e oportunidades com as mudanças climáticas, informando os valores das perdas que sofreriam com os riscos e os ganhos que teriam com as oportunidades inerentes a essas mudanças. Onze empresas evidenciaram informações de natureza quantitativa monetária (tipo 3) em relação ao indicador “Impactos indiretos”, revelando, por exemplo, valores de projetos ligados à melhoria de vida da comunidade local. A

evidenciação do tipo 1 apareceu em 30 relatórios em relação ao item “Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas”, sendo o tipo e o item mais evidenciado em relação a esse indicador.

Na Tabela 7, verifica-se o indicador “Gestão Sustentável” e seus itens de evidenciação “Contratação local”, “Diversidade do público interno e dos conselheiros”, “Treinamento”, “Risco de trabalho infantil”, “Risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo” e “Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços”, analisados nessa pesquisa.

Tabela 7: Evidenciação do Indicador Gestão Sustentável e respectivos itens, por tipo de evidenciação

Indicador	Itens de Evidenciação	Nº de Empresas que Evidenciaram		
		Tipo 1	Tipo 2	Tipo 3
Gestão Sustentável	Contratação local	22	16	0
	Diversidade do público interno e dos conselheiros	19	31	0
	Treinamento	24	30	11
	Risco de trabalho infantil	27	4	0
	Risco de trabalho forçado ou análogo ao escravo	28	4	0
	Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços	31	22	8

Fonte: Dados da pesquisa

Na Tabela 7, vê-se que o item de evidenciação “Treinamento” foi o mais evidenciado com informações de natureza quantitativa monetária (tipo 3), sendo divulgado por 11 empresas da amostra. A empresa Copasa, por exemplo, demonstrou o valor investido em horas para capacitação e desenvolvimento de seus empregados. As informações do tipo 3 também apareceram em três empresas em relação ao item de evidenciação “Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços”. As demais empresas da amostra evidenciaram informações do tipo 1 e 2 relacionadas a esse indicador e seus itens de evidenciação. No caso do indicador “Gestão Sustentável” a evidenciação do tipo 1 apareceu em 31 relatórios em relação ao item “Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços” e o tipo 2 de evidenciação também apareceu em 31 relatórios em relação ao item de evidenciação “Diversidade do público interno e dos conselheiros”, sendo por isso, os dos tipos e itens mais evidenciados em relação a esse indicador.

Os resultados aqui apresentados divergem dos achados de Rover, Borba e Borgert (2008), que revelaram que o tipo de evidenciação quantitativa monetária foi o mais utilizado tanto nos custos como nos investimentos ambientais. Em contrapartida, os resultados aqui apresentados confirmam o que Nossa (2002) concluiu em sua análise sobre o conteúdo dos relatórios ambientais do setor de papel e celulose, em que a maioria das informações ambientais das empresas desse setor evidencia nos relatórios ambientais específicos informações meramente descritivas (declarativas), e as informações qualitativas monetárias são as menos evidenciadas pelas empresas.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa teve o objetivo de analisar a adequação dos relatórios de sustentabilidade das empresas do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) aos indicadores do Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS). A pesquisa propôs ainda a caracterização das empresas que compõem o ISE, de acordo com o segmento de listagem e setor de atuação da BM&FBovespa, além de investigar os tipos de informações evidenciadas nos relatórios de sustentabilidade destas empresas.

Para tanto, foram analisados os relatórios de sustentabilidade do exercício de 2012 de uma amostra de 34 empresas participantes do ISE. A maioria das empresas pesquisadas estão listadas no Novo Mercado da BM&FBovespa e o setor de atuação predominante é o de utilidade pública.

De uma forma geral a pesquisa revelou que os sete indicadores do CEBDS analisados são evidenciados pelas empresas participantes do ISE. O tipo de informação mais evidenciada pelas empresas da amostra é o tipo 1, ou seja, informação declarativa, seguida pela informação do tipo 2 (quantitativa não-monetária). A informação do tipo 3 (quantitativa monetária) aparece de forma incipiente nos relatórios analisados.

Especificamente sobre os indicadores analisados, destaca-se alguns itens. No indicador “Água”, o item “Consumo de água” foi o mais evidenciado pelas empresas. O item “Impactos significativos na biodiversidade” foi o que apareceu em maior quantidade nos relatórios das empresas da amostra em relação ao indicador “Biodiversidade”. Já no indicador “Comunicação e Educação”, destacou-se o item “Satisfação do cliente”. O item “Lesões, doenças ocupacionais, dias perdidos, absenteísmo e óbitos” foi o mais evidenciado em relação ao indicador “Construção Sustentável”. O indicador “Energia e Mudança do Clima” apresentou como item mais evidenciado “Emissões de GEE”. As empresas da amostra apresentaram, em relação ao indicador “Finanças Sustentáveis”, os “Riscos e oportunidades com as mudanças climáticas” como o item mais divulgado em seus relatórios de sustentabilidade. Os itens de evidenciação “Diversidade do público interno e dos conselheiros” e “Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços” foram os dois itens mais divulgados pelas empresas da amostra em relação ao indicador “Gestão Sustentável”.

Os itens mais evidenciados foram a “Satisfação do Cliente”, que faz parte do indicador Comunicação e Educação, encontrado em 32 dos 34 relatórios analisados, e os itens “Diversidade do público interno e dos conselheiros” e “Mitigação de impactos ambientais de produtos e serviços”, do indicador Gestão Sustentável, revelados por 31 das 34 empresas da amostra.

Quanto aos tipos de informações evidenciadas pelas empresas que compõem o Índice de Sustentabilidade Empresarial, verificou-se que a informação do tipo 3 (quantitativa monetária) foi a que menos apareceu nos relatórios analisados, indicando que esse tipo de informação é evidenciada de maneira incipiente.

Constitui limitação desta pesquisa, dentre outras, o tamanho da amostra, pois representa apenas as empresas participantes do ISE da BM&FBovespa, não permitindo que os resultados possam ser generalizados, bem como o período considerado, uma vez que os dados utilizados referem-se somente ao exercício de 2012. Dessa forma, para futuras pesquisas recomenda-se a ampliação da amostra, além da análise em outros relatórios das empresas. Sugere-se ainda, ampliar o espaço temporal, verificando a evolução da evidenciação das informações das empresas inerentes à sustentabilidade.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Fernando. **O bom negócio da sustentabilidade**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2002.
- AZEVEDO, Ana Luiza V. de. **Indicadores de sustentabilidade empresarial no Brasil: uma avaliação do Relatório do CEBDS**. Revista Iberoamericana de Economía Ecológica Vol. 5: 75-93.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2004.
- BM&FBOVESPA. **Índice de Sustentabilidade Empresarial**. Disponível em: <http://www.bmfbovespa.com.br/indices/ResumoIndice.aspx?Indice=ISE&Idioma=pt-br>
Acesso em 9 nov 2013
- BYRCH, C. et al. **Sustainable “what”?** A cognitive approach to understanding sustainable development. *Qualitative Research in Accounting & Management*, v. 4, n. 1, 2007.
- CARREIRA, Francisco Alegria; PALMA, Cristina Morais da. **Análise comparativa dos Relatórios de Sustentabilidade das Empresas Brasileiras, Espanholas, Portuguesas e Andorra**. Blumenau: Editora Ilse Maria Beuren, 2012.
- CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Missão**. Rio de Janeiro: CEBDS. Disponível em <http://www.cebds.org.br/>. Acesso em 27 ago. 2013.
- CEBDS. Conselho Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável. **Relatório de Sustentabilidade Empresarial, 2008/2010**. Rio de Janeiro: CEBDS. Disponível em: http://www.cebds.org.br/media/uploads/pdf/cebds_relatorio_completo.pdf. Acesso em 27 ago. 2013.
- CHIZZOTTI, A. **Pesquisa em ciências humanas e sociais (8ª ed.)**. São Paulo: Cortez, 2006.
- DRUCKER, P. F. **The essential of Drucker**. New York, Harper Business, 2003.
- GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Atlas, 1999.
- MACHADO, Márcia Reis; MACHADO, Márcio André Veras; CORRAR, Luiz João. **Desempenho do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) da Bolsa de Valores de São Paulo**. Blumenau: Editora Ilse Maria Beuren, 2009.
- MICHELON, G. **Sustainability disclosure and reputation: a comparative study**. *Università Degli Studi di Padova*. Working Paper. Sept./2007.
- NOSSA, Valcemiro. **Disclosure ambiental: uma análise do conteúdo dos relatórios ambientais de empresas do setor de papel e celulose em nível internacional**. Tese (Doutorado em Ciências Contábeis) Programa de Pós-Graduação em Controladoria e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.
- PAIVA, P. R. **Contabilidade Ambiental: Evidenciação dos Gastos Ambientais com Transparência e Focada na Prevenção**. São Paulo: Atlas, 2003.
- PINTO, Luiz Fernando da Silva. **Gestão Cidadã: ações estratégicas para a participação social no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

REIS, Carlos Nelson dos; MEDEIROS, Luiz Edgar. **Responsabilidade Social das Empresas e Balanço Social: meios propulsores do desenvolvimento econômico e social.** São Paulo: Atlas, 2007.

RIBEIRO, M. de Souza e MARTINS, Eliseu. **A informação como instrumento de contribuição da contabilidade para a compatibilidade no desenvolvimento econômico e a preservação do meio ambiente.** Caderno de Estudos da Fipecafi/ FEA/ USP. São Paulo: outubro,1993.

RIBEIRO, Maisa de Souza. **Contabilidade Ambiental.** São Paulo: Ed. Saraiva, 2005.

RICHARDSON, Roberto Jarry. **Pesquisa Social: métodos e técnicas.** 2. Ed. São Paulo: Atlas, 1989.

RODRIGUES, Jorge José Martins; DUARTE, Maria Manuela Ramos Fernandes Rebelo. **Relato da Responsabilidade Social, Ambiente e Competitividade: Enquadramento Teórico.** Blumenau: FURB, 2011.

RODRIGUES, Jeniffer Monteiro; MACHADO, Débora Gomes; CRUZ, Ana Paula Capuano da. **Evidenciação de custos ambientais em empresas do segmento de adubos e fertilizantes.** Belo Horizonte: Editora Sandra Rolim Ensslin, 2011.

ROVER, Suliani; BORBA, José Alonso; BORGERT, Altair. **Como as Empresas Classificadas no Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) Evidenciam os Custos e Investimentos Ambientais?** Revista de Custos e @gronegocio online . v.4, n.1 – jan/abr – 2008.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável.** Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

TINOCO, João Eduardo Prudêncio; KRAEMER, Maria Elisabeth Pereira. **Contabilidade e gestão ambiental.** São Paulo: Atlas, 2004.

VELLANI, Cassio Luiz; RIBEIRO, Maisa de Souza. **Sustentabilidade e Contabilidade.** São Paulo: Editora Sandra Rolim Ensslin, 2009.